

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR/REFORMA DO ENSINO MÉDIO: OS BASTIDORES DA ELABORAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL

Flávia Gonçalves da Silva
Universidade Federal Fluminense (UFF)
flaviagsmendes@gmail.com

Eliane da Conceição Matta
Universidade Federal Fluminense (UFF)
elianedamatta@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende jogar luz sobre os atores e objetivos que se fazem presentes na elaboração das políticas públicas em nosso país e que, muitas vezes, se mantêm ocultos para parte da sociedade. Neste caso, em específico, a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que concretiza uma “Reforma do Ensino Médio”, imposta ao povo brasileiro sem o debate necessário para se efetivar como legítima.

A ideia de construção de uma BNCC não é nova; já estava presente na Declaração Mundial sobre Educação para Todos, aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia em 1990. A menção ao currículo e à necessidade de modificá-lo está presente em diversos momentos da declaração citada e no plano de ação elaborado para a sua execução, o que nos acende um alerta.

A conferência contou com o financiamento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Banco Mundial. Também contou com a participação de 155 países e entidades da sociedade civil.

Entendemos que mesmo as mudanças ocorridas recentemente ainda fazem parte desse pacto e de outras orientações produzidas pelos organismos e instituições já citados. A lei nº 13.415 de 2017, apelidada de Reforma do Ensino Médio, por exemplo, foi levada a institucionalização através da Base Nacional Comum, sobre a qual trataremos brevemente neste texto.

Para analisar esse tema, o ponto de partida foi a concepção materialista histórica dialética em Marx e Engels (2017), o que significa que todos os fenômenos

se encontram interligados em uma relação de dependência entre si, formando um todo articulado e único. A metodologia é de caráter qualitativo, ancorada em referenciais bibliográficos.

DESENVOLVIMENTO

Temos argumentos para acreditar que as instituições já referenciadas, atuaram e atuam em nosso país há bastante tempo, mesmo antes da década de 1990. É importante salientar que a Declaração de Jomtien foi produzida e aprovada para delinear a educação para o século XXI. O art. 7º dessa declaração já apontava a previsão de que os estados, sozinhos, não assumissem os custos da educação.

Novas e crescentes articulações e alianças serão necessárias em todos os níveis: entre todos os subsetores e formas de educação, reconhecendo o papel especial dos professores, dos administradores e do pessoal que trabalha em educação; entre os órgãos educacionais e demais órgãos de governo, incluindo os de planejamento, finanças, trabalho, comunicações, e outros setores sociais; entre as organizações governamentais e não governamentais, com o setor privado, com as comunidades locais, com os grupos religiosos, com as famílias. (UNESCO, 1990, p. 8).

A década de 1990 trouxe a entrada forte dos ideais neoliberais. O que provocou muitas disputas em torno do papel do Estado. Em um contexto de lutas por direitos sociais, pós-ditadura militar, uma nova Constituição Federal foi elaborada em 1988 e, em 1996, uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A construção da BNCC atravessou os governos da presidente Dilma Rousseff, eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Desde então, algumas versões da base foram construídas e parte do documento referente à educação infantil e ensino fundamental foi aprovada em 2017, após inúmeras reuniões capitaneadas pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED). Sendo a BNCC do ensino médio aprovada apenas em 2018.

Ao pesquisar quais os sujeitos sociais que participaram/contribuíram com a elaboração da BNCC, deparamo-nos com o Movimento pela Base. No site¹ desse movimento, podemos encontrar a sua missão e os principais participantes.

Acompanhamos e damos visibilidade para o andamento da implementação em diversas frentes. Articulamos para o alinhamento

¹ Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

de políticas e programas – curriculares, de formação docente, materiais didáticos e avaliações – à BNCC, sempre buscando a coerência do sistema educacional. Levantamos, em parceria com organizações nacionais e internacionais, evidências e as melhores práticas para garantir a qualidade e a legitimidade dos processos. Junto com as secretarias de educação, construímos e disseminamos consensos e orientações técnicas para a construção dos currículos e a formação dos professores. E levamos para toda a sociedade o debate sobre uma aprendizagem mais significativa e conectada com a vida dos estudantes. Onde tem Base, tem Movimento! (MOVIMENTO PELA BASE, 2013).

Entre os sujeitos ou instituições participantes do Movimento pela Base estão representantes das maiores fortunas do país. Entendemos que o papel de grandes conglomerados nacionais e internacionais na elaboração das políticas vai além da venda de produtos, atuando também na conformação social. Atuam no convencimento da sociedade de que as suas ideias são as melhores para a condução da sociedade. Além da tentativa de conduzir a educação de forma a atender seus interesses imediatos, empobrecendo o papel da educação ofertada aos jovens.

Bispo (2012) argumenta que toda política tem uma intenção e está ligada a um projeto de poder. Sendo assim, podemos começar a discutir os possíveis motivos que levaram a instituição por medida provisória (MP) nº 746/2016 da Reforma do Ensino Médio, convertida na lei nº 13.415/2017, apenas alguns meses após a posse definitiva de Michel Temer, mesmo após poucas audiências públicas cercadas de protestos e discordâncias e sem respeitar o tempo necessário para discussões com as diversas representações de docentes e discentes (RIBEIRO, 2018).

Alguns representantes de movimentos sociais, entidades acadêmicas ligadas à esfera pública na área da educação também foram ouvidos e puderam dar sua contribuição crítica ao debate em defesa de uma educação para todos. Embora não tenha sido possível, naquele momento, evitar que algumas proposições contrárias aos interesses dos estudantes fossem incorporadas à referida lei (FERRETI; SILVA, 2017).

RESULTADOS/CONCLUSÕES

Em virtude do texto aprovado, os representantes de movimentos sociais, entidades acadêmicas ligadas à esfera pública na área da educação não tiveram as

suas reivindicações totalmente aceitas. Poucas mudanças foram efetuadas entre o texto da MP 746 e a lei nº 13.415/2017, talvez por uma pressão maior da mídia e das ocupações de escolas (movimento estudantil e de docentes) do que das poucas audiências públicas propostas.

O resultado dessa reforma açodada do ensino médio e a posterior aprovação da BNCC atenderam aos anseios dos setores privados, em detrimento da maioria da população. O que vem sendo instituído é um ensino médio que prepara os jovens de forma imediatista para atender ao mercado de trabalho e que, de certa forma, altera o currículo para “menos”, empobrecendo a formação dos jovens das camadas menos favorecidas economicamente da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BISPO, Pablo. **Guia prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programa e impactos**. São Paulo: Cengage Learnig, 2012.

FERRETI; Celso João; SILVA, Monica Ribeiro. Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória no 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educ. Soc., Campinas**, v. 38, n. 139, p. 385-404, abr./jun. 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio; MOTTA, Vânia. Por que a urgência da Reforma do Ensino Médio? Medida provisória nº 746/2016 (lei nº 13.415/2017). **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p 355-372, abr./jun. 2017.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Jomtien, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990> Acesso em: 28/04/2021

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro 1**. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 35. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

RIBEIRO, Mônica. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, 2018.